

Credor já mostra impaciência

Os bancos americanos querem receber parte dos juros atrasados antes da negociação

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — Quando Fernando Collor anunciou nos Estados Unidos, em janeiro, que na semana seguinte à sua posse despacharia uma missão a Nova York com "uma proposta concreta" para a renegociação da dívida externa, executivos de grandes bancos americanos aplaudiram polidamente o pique do presidente, mas disseram que a idéia era impraticável. Com o País a um passo da hiperinflação, o novo governo teria de concentrar as energias num plano de estabilização nos primeiros dias, previram.

Mais de um mês depois da posse, no entanto, os credores americanos, que detêm cerca de um terço dos quase US\$ 70 bilhões da dívida do País aos bancos internacionais, já começam a demonstrar impaciência. A declaração da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, ao *Wall Street Journal* de que começará os contatos com os credores durante a reunião do comitê interino do FMI,

na primeira semana de maio (Zélia deve chegar a Washington dia 5), não acrescentou nada ao que eles já sabiam. E a afirmação do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, de que o Brasil adotará "uma postura dura com os credores" não parece ter surpreendido nem amedrontado ninguém.

Os bancos não estão parados à espera da "proposta concreta" que Collor prometeu. Como lembrou Robert Albertson, vice-presidente da firma de investimentos Goldman & Sachs, o sucesso ou o fracasso do programa econômico brasileiro e das negociações com os bancos determinará o desfecho da crise da dívida e da presença futura dos bancos e demais investidores norte-americanos na América Latina. Vários bancos têm enviado executivos ao Brasil para explorar o potencial para negócios através da conversão da dívida.

Os bancos, que na semana passada atribuíram a magreza dos resultados do primeiro trimestre, em parte, ao não-pagamento de juros pelo Brasil, garantem que nenhuma conversa séria começará antes de o País colocar dinheiro na mesa. "Um gesto concreto é fundamental", disse um executivo de um dos maiores bancos dos EUA.

O governo Collor fará um pa-

gamento de juros aos credores externos depois de ter bloqueado o dinheiro dos credores internos? Para não ter de responder a essa pergunta, a ministra Zélia cancelou, há duas semanas, um encontro público com representantes dos bancos, durante a reunião do BID, em Montreal. "Não vejo o problema político que você menciona-

**"Receber
qualquer
coisa do
Brasil será
muito difícil"**

porque os juros e a correção monetária dos cruzados bloqueados serão pagos a cada trimestre, não é verdade?" Ele tomou um susto ao saber que o dinheiro ficará retido por 18 meses.

"Vou mandar verificar outra vez", disse. "Se você estiver certo, receber qualquer coisa do Brasil vai ser muito mais difícil do que eu imaginava."

Quanto os bancos esperam receber não é um mistério total. Alguns credores importantes já enviaram recados a Brasília, observando que seria possível montar um acordo em torno de um esquema em que o Brasil pagasse um terço dos mais de US\$ 5 bilhões de juros já em atraso e os bancos capitalizariam a diferença. Capitalizar juros é uma opção mais atraen-

te para os bancos europeus do que para os americanos, por problemas de regulamentação bancária. A proporção de pagamento sugerida é semelhante à da fórmula a partir da qual se armou o acordo que retirou o Brasil da moratória de 1987 e, atropelado pela crise interna, conduziu o País à moratória de 1989.

Vários executivos disseram concordar em que o essencial é que o Plano Collor dê certo. "Mas na reunião de acionistas do banco esse não é um argumento que faz sucesso", disse um deles. No cronograma dos bancos para os entendimentos com o Brasil, junho é o limite para o início de um processo de negociações. Até lá — eles esperam —, o País terá chegado a algum tipo de acordo com o FMI e o programa econômico terá provado — ou não — sua viabilidade.

Junho é limite também porque é o mês em que se reunirá a comissão interministerial dos EUA que analisa o risco internacional dos bancos americanos. Se o governo não tiver realizado um pagamento simbólico de juros até lá, dizem os banqueiros, aumentarão as chances de a comissão rebaixar a classificação dos ativos brasileiros dos bancos — e de as coisas descarrilarem de vez.